

**PROPOSTA DE CORRECÇÃO DA PROVA 114 – FILOSOFIA
2005 – 1.ª FASE**

A Associação de Professores de Filosofia ao apresentar uma proposta de correcção do Exame de Filosofia do 12.º ano não deseja que se entenda esta proposta como solução única ou concorrente com os critérios de correcção enunciados oficialmente.

A nossa proposta incide sobre três obras, abarcando a Idade Antiga, a Idade Moderna e a Idade Contemporânea. Na prova bastava responder a duas obras (uma no Grupo I outra no Grupo II).

Assim, para o Grupo I escolhemos a *Carta Sobre a Tolerância*, de John Locke, e *O Nascimento da Tragédia*, de F. Nietzsche. Para o Grupo II escolhemos o *Fédon*, de Platão.

GRUPO I

CARTA SOBRE A TOLERÂNCIA, Locke

Item 1

A finalidade da sociedade religiosa é a salvação da alma (obtenção da vida eterna). Sendo a Igreja uma sociedade livre de homens que voluntariamente se reúnem para prestar culto público a Deus, nenhum homem está obrigado a fazer parte de uma dada igreja ou seita. Cada pessoa é livre de se associar “espontaneamente” à igreja que, quanto a si, pratique a verdadeira religião.

Assim sendo, Locke propôs-se indagar qual o poder e a que leis está sujeita a igreja.

As leis religiosas apenas estabelecem: o tempo e o lugar em que se realizará o culto; as condições segundo as quais os membros são admitidos e excluídos; e regulam a diversidade de funções.

Por outro lado, as leis religiosas não são coercivas e devem inspirar-se unicamente no evangelho.

Estas considerações, permitem-nos compreender que Locke defenda que há “limites que circunscrevem todas as leis religiosas”. Esta tese é justificada pelo autor com os seguintes argumentos: (1) a sociedade religiosa não pode ocupar-se de bens civis ou de bens terrenos e (2) não pode, seja por que razão for, usar a força, pois esta é da exclusiva competência do magistrado civil.

Locke sente a necessidade de responder, por antecipação, a uma questão possível quanto à sanção que poderão ter as leis eclesiásticas, uma vez que não são coercivas. Locke responde que a sanção de nada serve se não obtiver o reconhecimento da consciência e não atingir a alma na sua intimidade mais profunda.

Assim, se as exortações, as admoestações e os conselhos não bastarem para assegurarem os deveres dos crentes, resta apenas a excomunhão. Mas esta não pode significar perseguição, tortura ou usurpação de bens ou outros direitos naturais, que significariam intolerância e crueldade, atitudes contrárias aos princípios e critérios da Igreja.

Item 2

Se o cuidado da alma não pode nem deve ser uma competência do magistrado, este não está isento, como qualquer membro de uma sociedade religiosa, de exortar, advertir ou mesmo persuadir da sua verdadeira fé, para ajudar aqueles que se extraviam do caminho da salvação. Contudo, não pode exercer a sua autoridade civil coagindo e sancionando quem se desvie da sua religião. É que, efectivamente, o cuidado da alma pertence a cada um. E, como exemplifica Locke, nunca o magistrado se preocupa com a saúde ou com qualquer outro assunto doméstico dos membros da sociedade civil.

As leis civis, ao contrário das religiosas, têm cariz coercitivo e protectivo, mas nunca interferem em domínios privados.

Ora, o mesmo acontece na religião, “Deus não salvará os que não o quiserem”. E mais, na religião não há um só caminho, logo não há razão alguma para coagir seja quem for.

O caminho trilhado por cada um é o da reflexão, do estudo, do esforço e da sinceridade, não o da aprendizagem ministrada por outros.

Locke sublinha, ainda, que o direito e a capacidade de governação não incluem necessariamente o saber sobre outros assuntos, nomeadamente o da verdade religiosa. E uma coisa é obedecer ao magistrado em matéria mundana, outra é obedecer-lhe em matéria espiritual. E ainda que a doutrina religiosa do magistrado seja bem fundamentada e verdadeiramente evangélica se, em consciência, não se estiver dela persuadido nunca a verdade enunciada pelo magistrado será salvadora para outrem.

Ninguém conseguirá forçar ninguém a salvar-se. Os caminhos da salvação são múltiplos e somente a fé a garante, pelo que não é legítimo que o magistrado obrigue os seus súbditos a seguirem uma dada religião ou culto.

O NASCIMENTO DA TRAGÉDIA, Nietzsche

Item 1

A música, arte dionisiaca por excelência (e por isso mesmo metafísica), não é reprodução de aparências, mas expressão simbólica do conflito permanente existente “no coração do uno primordial”. Nessa medida, nem a linguagem, nem as imagens conseguem “dizer” a essência do Mundo. Só a música permite a intuição dessa essência, sem recurso à razão ou ao exemplo. Há um enorme antagonismo entre a abstracção das ideias e a substância da música. Esta tem um poder criador, gera o mito trágico, que exprime simbolicamente o dionisiaco. Por isso, a tragédia “nasceu do génio da música”. Nela o canto do coro dionisiaco mostra-se incessantemente num mundo de imagens apolíneas, manifestando a síntese harmónica entre os dois instintos: dionisiaco e apolíneo.

Assim, a música permite não apenas a “a intuição imediata” acerca do ser, não apenas a apreensão do mundo como fenómeno estético, mas também a identificação com a Natureza e os outros homens (indiferenciação), ultrapassando os limites da individuação e tornando-se um suplemento para a vida (“consolação metafísica”).

Item 2

Segundo o excerto, Eurípedes é o responsável pela morte da Tragédia. Mas ele é “apenas máscara”. Através dele é Sócrates quem fala. A influência socrática levou Eurípedes à criação de uma forma degenerada de Tragédia, “a nova comédia ática”, que procura tornar-se compreensível para todos, afastando os elementos dionisiacos e, portanto, a dimensão do mistério.

Para tal, Eurípedes utiliza vários processos para anular a dimensão dionisiaca da Tragédia: uma nova linguagem de tipo dialéctico, a caracterização naturalista das personagens de modo a que os espectadores se identifiquem com os actores, o progressivo abandono da música e da importância do coro, o prólogo explicativo e o desenlace moralista.

Sócrates, como inventor do “homem teórico”, com o seu optimismo racionalista transforma a tragédia num “drama burguês” numa “epopeia dramatizada”. Os heróis míticos da antiga Tragédia (“máscaras apolíneas do dionisiaco”) são desvalorizados, condena-se o saber baseado no instinto e o “lógico” vence o “místico”. Assim surge uma nova oposição Sócrates/Diόνisos.

A influência do “socratismo estético” em Eurípedes fez com que a tragédia perdesse a sua força, passasse a ser mais pensada que vivida (quer a nível da criação, quer da fruição). Anula-se a sua dimensão trágica (uma vez que num universo lógico o trágico não tem lugar). Nesta visão “esclarecida” a beleza fica dependente da inteligibilidade (“Tudo para ser belo deve ser racional” e “só o sábio é virtuoso”) e a obra de arte é avaliada por critérios éticos e não estéticos.

Enfim, o “sopro devastador” deste espírito apolíneo que se revela na “serenidade” e “dialéctica” do “homem teórico” e não suporta a força da vida, vai continuar a manifestar-se ao longo do tempo, combatendo a arte trágica e tornando os homens uma multidão servil de escravos, iludidos por uma concepção optimista da existência.

GRUPO II

FÉDON, Platão

Tema: Razão e saber

Como sugestão propomos o seguinte plano de desenvolvimento:

INTRODUÇÃO

A forma suprema do conhecimento em Platão é a contemplação das formas ou ideias do mundo inteligível. A contemplação como *teoria* pressupõe e remete para os dualismos platónicos consabidos – dualismo cosmológico e dualismo antropológico.

1. A alma, na sua existência anterior à reencarnação, contemplou as formas, essências ou ideias do mundo inteligível, sendo que a sua natureza é similar e congenial à realidade do mundo inteligível.
2. O saber provém da contemplação a que a alma procede no mundo inteligível. Deste modo, saber, conhecer ou aprender é reminiscência. A reminiscência é suscitada pela semelhança ou dissemelhança das coisas do mundo sensível (que se apresentam aos sentidos) com os arquétipos do mundo inteligível.
3. A razão é para Platão uma faculdade que permite ascender ao conhecimento (ascensão dialéctica) durante a vida terrena e cumprir a tarefa da filosofia – libertar da ignorância e libertar a alma do corpo. O corpo é considerado por Platão um obstáculo à virtude e ao conhecimento, impedindo a consumação do Bem.
4. A razão e o saber conduziram Platão a uma nova via de pesquisa. Após a “Investigação da Natureza”, que foi inconclusiva, Sócrates propõe-se mudar de método – adopta o método hipotético-dedutivo, postulando a existência das ideias como causa de tudo quanto existe. Baseado, por exemplo, na existência do Belo em si, torna claro que a causa da beleza das coisas sensíveis só pode ser a participação.

CONCLUSÃO

Face ao já referido, podemos concluir que o exercício do saber e da razão liberta a alma, permitindo-lhe, doravante, regressar ao Mundo Divino e atingir a Felicidade. Isto justifica a serenidade com que Sócrates encarou a morte e releva a importância da filosofia.

FIM